

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.409.769 - RS (2018/0319701-1)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : RIO GRANDE ENERGIA S/A  
**ADVOGADOS** : JOSÉ MAURO BARBIERI - RS017169  
MARCOANTONIO FRANZEN - RS040432  
MOISES GRAFFUNDER DE VARGAS E OUTRO(S) - RS066619  
**AGRAVADO** : OLIRIO ECKARDT  
**AGRAVADO** : JOAO BERNARDO EHREMBRINK  
**AGRAVADO** : JAIR HABITZREITER  
**AGRAVADO** : JORGE ROBERTO NIENDICKER  
**AGRAVADO** : SERGIO MOACIR HOFFMEISTER BOTTCHE  
**AGRAVADO** : IRIO GROSS  
**ADVOGADO** : ANTONIO LEANDRO TOPPER E OUTRO(S) - RS072559

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 268, e-STJ):

Apelação cível. Responsabilidade civil. Ação de indenização por danos morais. Falta de energia elétrica por longo lapso temporal. Caso fortuito não configurado. Danos morais caracterizados. O valor da indenização pelo dano moral deve ser fixado considerando a necessidade de punir o ofensor e evitar que repita seu comportamento, devendo se levar em conta o caráter punitivo da medida, a condição social e econômica do lesado e a repercussão do dano. Danos materiais. Ausência de comprovação. Afastamento. Apelo parcialmente provido.

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 294/298, e-STJ).

Nas razões do recurso especial, a agravante alega, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 373, I, 1.022 do Código de Processo Civil; 2º do Código de Defesa do Consumidor; 186, 206, § 3º, V, 393, 402, 403 e 927 do Código Civil.

Afirma, de início, que o acórdão recorrido é omisso.

Requer o afastamento da incidência do Código de Defesa do Consumidor ao caso para que seja aplicado o prazo prescricional trienal previsto no Código Civil.

Argumenta, em seguida, que os danos à rede elétrica foram causados por

fortes tempestades, o que configura a ocorrência de caso fortuito. Sustenta, dessa forma, que o reparo de tais avarias demanda um certo período de tempo, não podendo ser realizados imediatamente.

Alega que o ônus de comprovar os danos suportados é da parte autora, o que não ocorreu no caso concreto.

Pleiteia, ainda, o afastamento da indenização pelos danos morais ou, subsidiariamente, a redução de seu valor.

Por fim, requer que os juros de mora incidam desde a data da citação.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 368, e-STJ).

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 370/382, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

No tocante às alegações de ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil, verifico que essas não merecem prosperar. Isso porque, consoante entendimento consolidado desta Corte, o recorrente não possui o direito de ter todos os argumentos alegados rebatidos, cabendo ao tribunal analisar e debater as questões principais para o deslinde da controvérsia.

Ademais, verifico que o Tribunal de origem analisou expressamente as questões levantadas pela recorrente, de modo que não configura omissão ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado por ela.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados, nos termos do acórdão cuja ementa transcrevo abaixo:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL -  
AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE  
NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA  
RECURSAL DOS DEMANDADOS.

1. Violação ao artigo 1022 do CPC/15 não configurada. Acórdão estadual que enfrentou todos os aspectos essenciais à resolução da controvérsia de forma ampla e fundamentada, sem omissão. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, tampouco indicar todos os dispositivos legais por elas suscitados, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. Precedentes.

2. Para o acolhimento do apelo extremo, no sentido de aferir acerca da presença dos elementos ensejadores da responsabilidade civil do condutor do veículo na hipótese, seria imprescindível derruir a conclusão contida no decisum atacado, o que, forçosamente, enseja em rediscussão da matéria fático-probatória, atraindo o óbice da Súmula 7/STJ.

Precedentes.

3. A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o motorista e o proprietário do veículo automotor respondem, de forma solidária, pelos danos causados em acidente de trânsito.

Incidência da Súmula 83/STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1077547/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 17/9/2018)

Assinalo, em seguida, que a questão relativa à aplicação do prazo prescricional previsto no Código Civil não foi debatida na decisão recorrida, não servindo de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem, estando ausente o requisito indispensável do prequestionamento, incidindo, na hipótese, as Súmulas nº 282 e 356 do STF.

A propósito:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

PREVIDÊNCIA PRIVADA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o

conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

2. "O STF, em repercussão geral, no julgamento do RE 590.809/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, reiterou a inviabilidade de propositura de ação rescisória para fins de adequação do entendimento acobertado pelo manto da coisa julgada a posterior alteração jurisprudencial, o que reforça a atualidade e o vigor dos preceitos da Súmula 343 daquela Corte Suprema - "Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais". (EAREsp 397.326/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2016, DJe 26/10/2016).

3. A alteração posterior da jurisprudência não autoriza a rescisão de sentença com trânsito em julgado em fase de cumprimento. Súmula n. 83/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1094546/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 17/12/2018)

O Tribunal de origem consignou que a indenização foi fixada não em razão da tempestade ocorrida no local, mas pela demora da empresa em restaurar o fornecimento de energia elétrica. À luz do conjunto fático-probatório constante dos autos, concluiu-se que a chuva não foi de tal magnitude que se exigisse o largo prazo de quatro dias para se restabelecer a prestação do serviço.

Transcrevo, nesse sentido, trecho do acórdão recorrido (fls. 271/273, e-STJ):

Para início do exame do mérito recursal, ressalto que a falta de energia elétrica restou incontroversa, pois admitida pela própria ré.

Também restou demonstrado o tempo de interrupção de energia elétrica na propriedade da parte autora. Resta agora analisar se restou caracterizada qualquer excludente de ilicitude, como mencionado pela demandada.

Em se tratando de relação de consumo, a responsabilidade civil é objetiva, nos termos do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, somente isentando de responsabilidade o fornecedor que provar a inexistência do defeito ou a culpa exclusiva da vítima (consumidor) ou de terceiro (§ 3º do art. 14). Trata-se, na hipótese, de inversão

legal do ônus da prova, na qual a ré possui o ônus de provar alguma das causas excludentes previstas no § 3º, do art. 14, do CDC, e não a inversão que pende de determinação judicial, prevista no inciso VIII do art. 6º da Norma Consumerista. Em suma, basta, pois, ao consumidor, sendo a responsabilidade objetiva, o que independe de culpa, a prova do dano e do nexo causai. Dessa forma, caberia à demandada, a prova da inexistência de deficiência no fornecimento de energia, no que não se desincumbiu a contento, muito menos que houve culpa exclusiva da vítima.

A alegação de que foi a chuva que se abateu sobre a cidade a causa dos alegados danos sofridos não merece ser acolhida. Referido fenômeno da natureza não foi a causa direta e imediata desses danos, mas sim a demora no retorno da energia elétrica. Resumindo, a ré não está sendo responsabilizada pela tempestade, essa sim decorrente de força maior, mas pelo fato de prestar serviço defeituoso, sem a presteza e agilidade esperada para o restabelecimento de energia na propriedade do consumidor.

No que toca ao dano moral, tenho como caracterizado, pois são indiscutíveis os transtornos causados pela interrupção do fornecimento de energia elétrica por longo lapso temporal. Além disso, é de notório conhecimento o péssimo serviço prestado pelas concessionárias de energia elétrica aos consumidores que buscam auxílio nos casos de falta de energia elétrica. Ressalto, ainda, o fato de a interrupção ter coincidido com as vésperas das celebrações natalinas, sendo verossímil a alegação de que, em decorrência da falta de eletricidade, perderam-se os preparativos para os festejos.

Em relação ao caso concreto, somente situações consideradas excepcionais, de verdadeira calamidade pública, é que tem o condão de romper os riscos previsíveis que a concessionária deve absorver, o que não restou demonstrado no caso dos autos. Por óbvio, as concessionárias não podem ser responsáveis em toda e qualquer hipótese, pois grandes temporais podem caracterizar força maior e romper o nexo de causalidade, gerando a exclusão do dever de indenizar. No entanto, na situação que ora examino, inexistente comprovação de temporal nesta magnitude suficiente para afastamento do dever de indenizar. Mesmo com a eventual ocorrência de queda de postes e redes de transmissão, quatro dias é prazo longo demais para restauração do serviço.

Nesse contexto, verifica-se que rever o entendimento do acórdão recorrido ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório da demanda, providência vedada em

sede de recurso especial, ante a Súmula 7 do STJ.

Afirma, ainda, a agravante, que os danos não foram comprovados pela parte autora e que a indenização pelos danos morais não é devida.

Conforme se verifica do excerto do acórdão acima citado, a Corte de origem, com base nos fatos e nas provas produzidas, concluiu que a interrupção do fornecimento de energia elétrica pelo período de quatro dias, sobretudo às vésperas das comemorações natalinas, causou de fato, danos morais ao recorrido.

A desconstituição de tais premissas, portanto, como pretendido pela recorrente, também demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, procedimento que, na via do recurso especial, como já salientado, encontra óbice no verbete da Súmula 7 do STJ.

Também não deve ser acolhida a pretensão da agravante de redução do valor arbitrado a título de danos morais.

De acordo com a jurisprudência do STJ, em regra, não cabe, em recurso especial, a revisão do montante dessa espécie de indenização. Apenas em casos excepcionais, quando identificada a estipulação de valores exagerados ou irrisórios, incompatíveis com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, é possível tal revisão.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL. PEDIDO DE REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO QUE SE ADMITE TÃO SOMENTE NOS CASOS EM QUE O VALOR SE APRESENTAR IRRISÓRIO OU EXORBITANTE. PRECEDENTES. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O entendimento deste Sodalício é pacífico no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no caso em tela. Isso, porque o valor da indenização por danos morais, arbitrado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nem é exorbitante nem desproporcional às peculiaridades do caso concreto, em que o dano moral decorreu da

inscrição indevida do nome da parte ora agravada em cadastro de inadimplentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp n. 681.942/SC, Relator o Ministro Raul Araújo, DJe de 15/9/2015).

No caso, em que a indenização foi fixada em R\$ 5.000 (cinco mil reais), entendendo bem observados os padrões de razoabilidade e proporcionalidade, não se configurando situação cuja excepcionalidade justifique a intervenção do STJ.

Cumpre registrar que os recursos interpostos com fundamento no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, atraem, regularmente, a incidência da Súmula 7/STJ quando necessário examinar o contexto fático-probatório dos autos, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
2. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.
3. Agravo não provido.

(AgRg no AREsp 494.763/RS, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe 18/8/2014)

Anoto, por fim, que não se verifica o interesse de agir na pretensão do recorrente em se determinar a incidência dos juros de mora desde a data da citação, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou nessa direção, como se verifica do seguinte trecho do acórdão (fl. 277, e-STJ):

Ante o exposto, estou direcionando meu voto no sentido do parcial provimento do apelo para o efeito de julgar parcialmente procedente

o pedido, condenando a ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00 para cada autor, com correção monetária, pelo IGP-M, a contar da data deste acórdão, e juros de mora de 1% ao mês da citação. Condeno a ré ao pagamento de V2 das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes em 20% sobre o valor da condenação. Os autores deverão arcar com V2 restante das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono da ré, estes em R\$ 1.500,00, com correção monetária, pelo IGP-M, a contar do presente julgamento, restando suspensa a exigibilidade em decorrência da gratuidade judiciária anteriormente deferida.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora